

37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

Águas de Lindóia | SP 23 a 27 de setembro 2013

37º Encontro Anual da ANPOCS

Seminários Temático (ST) 23 - Elites e Espaços de Poder

**Disputas de concepções de Estado e política externa brasileira: atuação dos agentes da diplomacia entre os governos FHC e Lula**

Leandro Garcez Targa  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
leandro.g.targa@gmail.com  
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados iniciais da pesquisa de doutorado que tem como objetivo principal analisar as concepções de Estado contidas na política externa brasileira que os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) promoveram no Brasil<sup>1</sup>. Para isso, estamos analisando as ações de diplomatas ligados ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e ao Instituto Rio Branco (IRBr)<sup>2</sup>.

Vários são os estudos que apontam para a independência da ação dos diplomatas em relação ao jogo político-partidário e a interferência dos poderes legislativo e executivo federal, trazendo a ideia do insulamento do MRE sobre a formulação e execução da política externa brasileira (OLIVEIRA, 2011; NEVES, 2003; FIGUEIRA, 2010a; FIGUEIRA, 2010b; FARIA, 2008). Porém, esta pesquisa parte da hipótese de que a alternância do poder no executivo federal representou uma interferência inédita no campo da diplomacia. As eleições de 2002 representaram a ascensão do “baixo clero” do campo político brasileiro e, conseqüentemente, uma redefinição da ordem simbólica no campo do poder (GRÜN, 2012). Cabe a este trabalho uma avaliação do impacto desta redefinição em uma parte do campo do poder, o campo da diplomacia. Fazemos uma análise com referência na perspectiva de Bourdieu sobre o Estado, perspectiva pouco explorada quando se trata de estudos sobre a diplomacia (BIGO, 2011), especialmente a brasileira.

Para o pressuposto desta pesquisa encontram-se informações que, a primeira vista, indicam diferenças na perspectiva das ações da política internacional do Brasil entre os governos FHC e Lula, mudanças que possivelmente representam alteração de fundamentos políticos e diplomáticos na passagem dos dois governos, como: a criação do grupo do G-20 comercial, na reunião de Cancun da OMC (Organização Mundial do Comércio); a contribuição para o adiamento das negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) em 2005; participação em Missões de Paz da ONU (Organização das Nações Unidas), especialmente no caso do Haiti; a contribuição para

---

<sup>1</sup> Agradeço ao apoio do Núcleo de Estudos de Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI/UFSCar).

<sup>2</sup> Órgão com sede no Palácio do Itamaraty, ligado ao MRE, e que tem o monopólio de formação dos futuros diplomatas brasileiros (Moura, 2007).

conferir uma instrumentalidade prática ao conceito de BRICS<sup>3</sup>; busca de diversificação das relações comerciais e políticas, com destaque para o papel da China, Índia, África do Sul e Rússia. Nas ações comerciais: em 1989 o *share* de comércio do Brasil com os Estados Unidos foi 22%, reduzindo-se a 12% em 2009. Com a União Européia no mesmo período a variação foi de 28% a 22%. Inversamente, para a Ásia, por conta do peso da China, os dados evoluíram de 13% para 26% (SECEX, 2010). Dados como estes são comumente acompanhados de análises que apontam para a constatação de que a principal característica da política externa brasileira durante o período 2003–2010 foi a busca de multilateralização do sistema internacional, diferente da ênfase ao unilateralismo ou bilateralismo do período anterior (1995-2002) (RAMANZINI JR, 2010; FIGUEIRA, 2010a).

Outro pressuposto de pesquisa é que os diplomatas são uns dos agentes responsáveis pela tradução de valores internacionalizados para as disputas do campo político local, no Estado. Como apontam BIGO e TSOUKALA (2008) e DEZALAY e GARTH (2002), a ação profissional de agentes públicos e privados segue na direção muitas vezes para a criação de uma hibridização transnacional da burocracia do Estado. Os universos local e transnacional se conectam a partir da ação de agentes que funcionam como verdadeiros tradutores de valores internacionais em locais e vice-versa, praticando a importação e exportação de capital simbólico<sup>4</sup>, usado internamente no campo de disputa em que atua. Estes agentes praticam papel duplo e sabem agir nos diferentes jogos, nacionais e internacionais.

Como estratégia de análise, estamos estudando especificamente “jogos” em que é possível avaliar mais precisamente a ação dos agentes do campo a partir dos objetivos desta pesquisa, são eles: a) as discussões sobre a formação da ALCA (Área de Livre

---

<sup>3</sup> BRIC é uma sigla que se refere a Brasil, Rússia, Índia, China, que se destacaram no cenário mundial pelo rápido crescimento das suas economias em desenvolvimento. O acrônimo foi cunhado e proeminentemente usado pelo economista Jim O'Neill, chefe de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs. Em 13 de abril de 2011, o "S" foi oficialmente adicionado à sigla BRIC para formar o BRICS, após a admissão da África do Sul (em inglês: *South Africa*) ao grupo.

<sup>4</sup> Capital simbólico é a forma em que todo e qualquer tipo de capital (social, econômico, físico) assume quando é percebido pelos agentes sociais ao ponto de poderem entendê-lo (percebê-lo) e reconhecê-lo, atribuindo-lhes valor. (BOURDIEU, 2011)

Comercio das Américas) e b) as alterações no processo seletivo do IRBr nos anos de transição dos governos FHC e Lula.

Esta pesquisa pretende levantar subsídios para responder questionamentos como: a mudança do governo FHC para o governo Lula representou mudança na dinâmica de composição da hierarquia dos agentes atuantes no campo dos diplomatas; as possíveis mudanças verificadas na política externa brasileira aconteceriam mesmo se não houvesse a transição entre governos, em outras palavras, os acontecimentos da geopolítica internacional já se encarregariam das possíveis mudanças internas à formulação da política internacional brasileira; o peso maior destas possíveis mudanças é de demanda de reestruturação da conjuntura interna brasileira ou externa mundial.

## **DISCUSSÃO DA BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL**

### **O contexto da política externa brasileira**

A perspectiva de ação da política externa brasileira se mantém pouco alterada desde o início do século XX: em maior ou menor intensidade, nas mais diferentes abordagens, a corrente de pensamento denominada “realismo” sempre permeou as decisões referentes a política externa brasileira (SALES, 2007). Contudo, o novo contexto da geopolítica mundial do início dos anos 1990, como o fim da polarização leste/oeste, criou um cenário mais complexo para as relações internacionais do país: cresceram a pluralidade e complexidade de temas, assim como a presença e atuação de agentes não governamentais locais e globais. Foi neste período que a política externa brasileira passou por uma crise de paradigmas, onde duas correntes se estabeleceram: uma autonomista (ou nacionalista) e outra liberal (SALES, 2007). A primeira defende a atuação brasileira mais autônoma na esfera internacional como, por exemplo, a ampliação da sua liderança na América do Sul; enquanto a segunda concentra suas energias na adesão do Brasil aos regimes internacionais, defendendo uma soberania compartilhada e autonomia pela participação, na América do Sul busca uma liderança mais discreta (SALES, 2007; SARAIVA, 2005; CERVO, 2002).

Outro elemento que marca o contexto desta análise é o que a literatura chama de diplomacia presidencial, marcas dos governos FHC e Lula (SALES, 2007; DANESE,

1999; POWER, T e CASON, J, 2006; FIGUEIRA, 2010a). A diplomacia presidencial seria “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da maneira *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo” (DANESE, 1999 p. 51 *apud* SALES, 2007).

Presente em vários estudos, o conceito “insulamento do MRE” também se torna pressuposto de pesquisa (OLIVEIRA, 2011; NEVES, 2003; FIGUEIRA, 2010a; FIGUEIRA, 2010b; FARIA, 2008). Quanto a insulamento do MRE entende-se o protagonismo quase exclusivo da instituição quanto a formulação e aplicação da política externa brasileira ao longo da história. Embora estudos apontem para um crescimento, desde a década de 1990, de intervenção de outros agentes na política externa brasileira, como o poder legislativo federal e outros agentes do poder executivo federal (OLIVEIRA, 2011; NEVES, 2003; FARIA, 2008; GOBO, 2010).

Esta pesquisa de doutorado não pretende um estudo especificamente sobre o insulamento do MRE ou a diplomacia presidencial, porém está procurando tratar estes e os outros importantes elementos do contexto da política externa brasileira a partir da perspectiva de Bourdieu, perspectiva pouco explorada quando se trata de estudos sobre a diplomacia brasileira.

As instituições foram criadas e são conduzidas a partir dos agentes que atuam nestas. Para trabalhar as ações de instituições propõe-se a utilização do conceito *campo* (Bourdieu, 1989b), a qual nos remete a ideia de que os caminhos que as instituições seguem resultam dos movimentos de escolhas e disputas internas dos agentes que as compreendem<sup>5</sup>. O campo do poder, por exemplo, é o resultado de disputas internas travadas por seus agentes que atuam nos diversos espaços (como o espaço dos diplomatas) para obtenção de capital simbólico na tentativa de monopolizar a influência nas ações e decisões tomadas pelo campo.

Grün (2004) analisa um destes espaços que compõem o Estado. O autor faz a análise do espaço financeiro no Brasil com a mudança de governo FHC e Lula, a partir do estudo das trajetórias de vida de agentes importantes que construíram estes espaços nos dois

---

<sup>5</sup> Campo, na concepção de Bourdieu (1989b), representa um espaço de disputas de forças cuja estrutura define-se pelo estado das relações de força entre espécies de capital utilizadas pelos agentes que o compõem e atuam, onde estão em pauta as lutas pela imposição dos princípios legitimados a partir das disputas pela dominação deste espaço.

governos. Pesquisas acadêmicas como esta procuram analisar o que está por trás da disseminação de posições ideológicas que difundem, por exemplo, a prioridade das riquezas estarem nas mãos de particulares e não do Estado ou das empresas, ou ainda, o movimento que reconstitui a construção social do mercado num contexto de “Estado mínimo” contra o “Estado do Bem-Estar social”. Entende-se que a construção destas posições ideológicas são determinantes para a composição hierárquica dos agentes no espaço. Esta pesquisa de doutorado propõe estudo semelhante para a análise do espaço das relações internacionais do Estado: por meio da análise das ações dos diplomatas que disputam o espaço, estamos buscando entender a dinâmica de conduta do MRE e IRBr e a disseminação de posições ideológicas que determinam a atuação dos agentes nas instituições.

### **As ferramentas de um estudo sobre o Estado**

A análise que esta pesquisa está realizando sobre a política externa brasileira é uma forma de estudo das concepções de Estado contidas nos governos FHC e Lula. Em outras palavras, estamos realizando um estudo do Estado brasileiro através da análise dos agentes que promovem a política externa no país.

Um estudo sobre o Estado, ou seja, pensar o Estado implica aplicar categorizações ao Estado que são produzidas pelo próprio Estado (BOURDIEU, 2011). Estamos sempre correndo o risco de sermos pensados por um Estado que acreditamos pensar. O Estado é grande produtor simbólico: seus agentes são produtores de “problemas sociais”, os quais as ciências sociais muitas vezes ratificam, transformando-os em problemas sociológicos.

“O Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e *simbólica* em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente” (BOURDIEU, 2011 p. 97). É uma instituição que encarna nas estruturas sociais e mentais da população correspondente, dando a aparência de “natural” as ações resultantes de longos e complexos processos. O Estado é o resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital: capital da força física ou instrumentos de coerção, capital econômico, capital de informação, capital simbólico. Esta concentração transforma o Estado no produtor de uma espécie de capital específica, um metacapital, o capital propriamente de Estado, com poder sobre os outros

tipos de capital e seus detentores. Isto permite que o Estado exerça um poder sobre os diversos campos e as diferentes espécies de capital.

A construção do Estado é também a construção do campo do poder. A ação do Estado está associada a concentração de capital simbólico de autoridade reconhecida. Neste ponto, o Estado é o lugar por excelência da concentração e exercício do poder simbólico, pois dispõe de meios para impor e inculcar princípios duráveis de visão e divisão de acordo com suas próprias estruturas. O reconhecimento da legitimidade do Estado não é um ato consciente e esclarecido. O reconhecimento é enraizado nas estruturas incorporadas (*habitus*), tornadas inconscientes. Neste sentido, dominar o Estado significa impor a dominação simbólica sobre as práticas sociais enraizadas. A construção do monopólio estatal da violência física e simbólica é indissociável da dinâmica do campo de lutas pelo monopólio das vantagens vinculadas deste monopólio (BOURDIEU, 2011).

Como forma de análise do Estado, este trabalho pretende um estudo sobre as transformações do Estado brasileiro entre os governos FHC e Lula. Para isso, seguimos a estratégia de pesquisa de Dezalay & Garth (2002) onde mostram que as relações internacionais são um caminho de entrada para qualquer um que queira estudar transformações de Estados. A partir disso, encontramos na teoria de Bourdieu a maneira de realizar estudos tradicionalmente vinculados ao campo de conhecimento das relações internacionais (BIGO, 2011). A preferência pela metodologia relacional de Bourdieu (que versa pelo estudo ao mesmo tempo da estrutura e do agente) pode fazer o pesquisador fugir de algumas armadilhas que os estudos da ciência política ou das relações internacionais trazem. Aponta BIGO (2011) que nos estudos sobre relações internacionais existe um falso dualismo entre construtivismo e pesquisa empírica e uma oposição absoluta entre o coletivo e o individual. As ferramentas de análise “campo” e “*habitus*”, os quais são tanto coletivizados quanto individualizados, são usados para fugir destas armadilhas.

Neste contexto, BIGO (2011) descreve a lógica liberal e capitalista como promotoras de trocas transnacionais de poder simbólico com a criação de valores internacionais e internacionalizados que interferem também na dinâmica do Estado nacional, ou seja, do campo do poder local, especialmente com a circulação internacional de ideias (BOURDIEU, P. e WACQUANT, L., 2001, BOURDIEU, 2002; BIGO, 2011;

DEZALAY, Y & GARTH, B, 2002). Estas lógicas são muitas vezes criadas pela hibridização transnacional da burocracia do Estado através da ação profissional de agentes públicos e privados (BIGO, B e TSOUKALA, A, 2008). Os universos local e transnacional se conectam a partir da ação de agentes que funcionam como verdadeiros tradutores de valores internacionais em locais e vice-versa. Praticando a importação e exportação de capital simbólico, usado internamente no campo de disputa em que atua. Estes agentes praticam papel duplo e sabem jogar nos diferentes jogos, nacionais e internacionais.

Pesquisa que procurou analisar um tipo de importação e exportação de capital simbólico foi realizada em minha dissertação de mestrado sobre o espaço jurídico (TARGA, 2010). Foi analisado o associativismo da magistratura por meio do uso de estratégias internacionais (DEZALAY & GARTH, 2000) para obtenção de legitimidade social nas ações de militância política de seus agentes. A análise deu enfoque aos efeitos da “internacionalização da *expertise* jurídica” europeia na atuação associativista dos juízes brasileiros mediante a estratégia internacional de militância pelos direitos humanos. Em outras palavras, a importação da forma de atuação profissional de juízes europeus e a legitimidade internacional dos direitos humanos serviram de fonte de recursos para os agentes da magistratura transformarem capital social em capital simbólico nas disputas travadas no interior do campo em que atuavam.

Para o atual estudo sobre o campo da diplomacia, analisaremos a possibilidade dos diplomatas utilizarem-se de estratégias internacionais equivalentes as observadas nos magistrados, partindo do pressuposto de que a importação e exportação de *expertise* profissional de diplomatas seja uma prática comum e, ao mesmo tempo, complexa em se tratando de agentes que possuem como princípio da atividade profissional a circulação pelos ambientes internacionalizados da atividade diplomática.

Assim como Dezalay & Garth (2002) mostram, o foco de pesquisa em análise de estratégias internacionais enfatiza os contextos de poder nacional nos quais eles são fixados. Não se pode olhar para importação e exportação sem ver como suas estratégias são modeladas e determinadas por suas posições nos contextos nacionais. Estratégias internacionais não são um fim em si mesmo. Elas remodelam e redefinem os campos de poder nacional de acordo com o planejamento de ambos, os importadores e exportadores. Para isso, as estratégias internacionais necessitam ser analisadas a partir de dois aspectos:



as adaptações de contexto do importador em relação à coisa importada e as simetrias estruturais existentes entre importadores e exportadores.

Pesquisas com análise de estratégias internacionais levam a um entendimento da construção e redefinição do Estado a partir dos seus processos hegemônicos e novos universos criados nessas transformações. Esta pesquisa sobre o campo da diplomacia procura contribuir para uma explicação do caminho no qual o campo de poder foi reproduzido e transformado no período de transição dos governos FHC e Lula. Durante esse período, estratégias internacionais foram um importante, mas quase completamente negligenciado, componente desse processo. Usando a política externa como um ponto de entrada e estratégias internacionais dos agentes da diplomacia como principal ferramenta de pesquisa, a ambição deste trabalho é abordar elementos que pouco tem sido analisados nos estudos sobre as transformações do Estado brasileiro no período descrito.

Esta pesquisa pretende contribuir com os estudos sobre agentes e carreiras que constroem este espaço do poder. Para pesquisas com contextos internacionais tem-se, por exemplo, Bigo (para estudos sobre segurança internacional); Lebaron (para análises sobre banqueiros e economistas); Dezalay (para juristas e economistas); Buchet de Neuilly, Mérand, Adler-Nissen (para estudos sobre diplomatas europeus). No contexto brasileiro, tem-se Engelmann (para juristas); Grun e Jardim (para análises da relação entre espaço financeiro e espaço político).

### **Interferência inédita no campo da diplomacia**

A análise do campo da diplomacia está sendo historicamente contextualizado nesta pesquisa a partir do cenário da mudança do poder executivo federal com as eleições de 2002. Este contexto se torna pertinente quando partimos do princípio de que períodos de redefinição político-institucional como, por exemplo, as eleições presidenciais de 2002, são marcados pelo aumento considerável de oportunidades para os agentes lutarem por melhores posições na hierarquia do campo em que atuam dentro do Estado. É como se a conjuntura de reformulação do espaço político abalasse as vigas de sustentação historicamente sedimentadas da antiga estratificação da estrutura sociopolítica dos espaços de atuação dos agentes ligados ao Estado, como o campo da diplomacia, por exemplo. Sendo assim, para lutas travadas no interior do campo, neste contexto, as oportunidades de conquistas de maiores espaços de agentes tanto do centro como da

periferia acabam sendo, de certa forma, menos discrepantes. Nestes casos, os agentes que melhor se organizam e escolhem as estratégias mais adequadas para o momento, ou seja, aqueles que partem em busca de captação e reconversão de recursos disponíveis em capital simbólico, saem na frente em busca de melhores posições na nova estratificação que está para se formar dentro do campo de atuação (BOURDIEU, 1989b).

Neste contexto, GRÜN (2012) faz uma análise de como as eleições de 2002 representaram a ascensão do “baixo clero” do campo político brasileira e, conseqüentemente, uma redefinição da ordem simbólica no campo do poder. Os efeitos desta nova composição do Estado trazida a partir de 2003 representam uma efetiva distribuição de capital cultural na sociedade brasileira contemporânea, por exemplo: as medidas econômicas tomadas pelo baixo clero (principalmente de redistribuição de renda), amplamente criticadas por órgãos de comunicação e de boa parte das elites culturais do país, a partir de 2008, se mostraram política contraintuitivas de enfrentamento da crise econômica e com sucesso nas urnas, denotando indiretamente a aceitação social (GRÜN, 2012). Neste caso, o baixo clero deixou de se comportar como se esperava, ou seja, não agiu em busca do reconhecimento do alto clero, não obtendo, portanto, como resultado a reiteração e a naturalização da hierarquia cultural e política da sociedade. O comportamento do baixo clero foi o de reverter a hierarquia do campo a seu favor. Esta atitude dos agentes que compõem o baixo clero associada à análise dos diferentes capitais sociais econômicos e simbólicos que possuem (e comparados ao do “alto clero” da arena política brasileira) nos remete ao conceito de “grammariens” (Bourdieu, 2012. p.548), o qual se refere ao papel dos intelectuais dominados na construção dos Estados nacionais. Para isso, Bourdieu remete a ideia de “proletaroides” (Weber, 1995. vol.2 p.269).

Este comportamento do “baixo clero” no poder executivo federal levou a transformações em vários âmbitos do Estado. Por isso, por mais que uma ampla bibliografia verse sobre a independência do campo da diplomacia em relação as disputas político partidárias, estamos trabalhando com a hipótese de que a alternância do poder no executivo federal marcada pelas eleições de 2002 representou uma interferência inédita no campo da diplomacia. Cabe a este trabalho avaliar também o impacto desta interferência.

## **ESTRATÉGIA DE PESQUISA**

Para estudar a ação dos agentes do campo da diplomacia no contexto descrito optamos pela análise de “jogos” em que é possível avaliar os agentes do campo praticando a importação e exportação de capital simbólico, usado internamente no campo de disputa em que atua (BIGO, 2011). Por isso, esta pesquisa está avaliando: a) as discussões sobre a formação da ALCA e b) as alterações no processo seletivo para entrada no IRBr nos anos de transição dos governos FHC e Lula<sup>6</sup>. Entendemos estes dois jogos serem importantes, pois ambos condizem a temas que podem revelar de que maneira o projeto de Estado representado pelos governos FHC e Lula foram refletidos no campo da diplomacia e conseqüentemente na política externa brasileira.

### **A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)**

As discussões sobre a proposta de integração econômica do continente, formação da ALCA, foram lançadas em 1994, mas em 2005 evidenciou-se a paralisação do processo negociador (OLIVEIRA, 2011; NEVES, 2003; SALES, 2007). O processo teve três fases distintas: 1) do estágio preparatório até o lançamento das negociações, que começou na I Cúpula das Américas (dezembro de 1994, nos EUA) e foi até a II Cúpula das Américas (abril de 1998, no Chile); 2) as negociações, que começaram no encerramento da II Cúpula da Américas e foi até a III Cúpula da Américas (abril de 2001, no Canadá); 3) o “arquivamento”, que iniciou com a VII Reunião Ministerial (novembro de 2002) e foi finalizada na IV Cúpula da Américas (novembro 2005, na Argentina). No planejamento inicial estava determinado que a data limite para serem concluídas as negociações seria 31 de dezembro de 2004, foi acordado que 2005 seria o ano de legitimação da ALCA internamente aos países.

Na I Cúpula das Américas, em 1994, os 34 chefes de Estado presentes determinaram que seus respectivos ministros de comércio, ou responsáveis por esta área, assumissem a tarefa das negociações da ALCA. Por isso, entre junho de 1995 e novembro de 2003

---

<sup>6</sup> Os aprovados no processo de seleção do Instituto Rio Branco são nomeados como Terceiro-Secretário, os cargos seguintes são: Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe (Embaixador). Os critérios de promoção na carreira são: a antiguidade e o merecimento, o período mínimo de permanência em cada cargo é de quatro anos. Dessa forma, a ascensão a carreira de Ministro de Primeira Classe (Embaixador) pode levar pelo menos 20 anos para ser alcançada (GOBO, 2010).

aconteceram 8 Reunião Ministerial sobre Comércio subsidiadas por 9 Grupos de Negociação temáticos (denominados: acesso a mercados, investimentos, serviços, compras governamentais, solução de controvérsias, agricultura, direitos de propriedade intelectual, política de concorrência, subsídios, antidumping e direitos compensatórios), cuja presidência e vice presidência eram rotativos entre países a cada 18 meses.

Os Vice-Ministros responsáveis por comércio, representantes do Comitê de Negociações Comerciais (CNC), tinham um papel chave no gerenciamento das negociações da ALCA. O CNC orientava o trabalho dos Grupos de Negociação e dos demais grupos e comitês e decidia sobre a estrutura geral do acordo e sobre questões institucionais. Os Grupos de Negociação recebiam mandatos específicos dos Ministros e do CNC para negociar os textos nas suas áreas específicas e reuniam-se regularmente durante os anos. Os presidentes e vice-presidentes do CNC foram os presidentes e vice da ALCA nos respectivos períodos. O CNC fez 17 reuniões entre jun 1998 a fev 2004 porém, durante março de 2004 e fevereiro de 2005, houve cinco “declarações conjuntas” dos co-presidentes na época (EUA e Brasil) até o encerramento definitivo das negociações, no encontro de Mar del Plata.

Além dos 9 Grupos de Negociação, foram formados também 3 comissões e grupos que tratam de assuntos transversais às negociações: Grupo Consultivo sobre Economias Menores, Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil, Comitê Conjunto de Especialistas Governamentais e do Setor Privado em Comércio Eletrônico. Os Grupos de Negociação e as Comissões foram assessorados pelo Comitê Técnico de Assuntos Institucionais, para decidir sobre a estrutura geral do acordo da ALCA (aspectos gerais e institucionais); um grupo *ad hoc* de especialistas para informar o CNC sobre a implementação das medidas de facilitação de negócios referentes a assuntos aduaneiros. Já o apoio técnico e analítico foi feito por um Comitê Tripartite constituído pelas seguintes instituições: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Este Comitê Tripartite proporciona apoio analítico, técnico e financeiro ao processo e mantém a página eletrônica oficial da ALCA. Cada uma das instituições do Comitê Tripartite também atendia às solicitações de assistência técnica relacionadas com assuntos da ALCA, especialmente das denominadas “economias menores do hemisfério”. O apoio

administrativo ficava por conta da Secretaria Administrativa da ALCA, sediada no mesmo local das reuniões dos Grupos de Negociação, prestava apoio administrativo e logístico às negociações. Ela controlava o arquivo oficial das negociações e fornecia serviços de tradução e interpretação. A Secretaria era financiada por uma combinação de recursos locais e das instituições do Comitê Tripartite. O foro das negociações foi estabelecido em caráter rotativo. Três países foram designados como sede das negociações: de maio de 1998 a fevereiro de 2001: Estados Unidos (Miami); de março de 2001 a fevereiro de 2003: Panamá (Cidade do Panamá); de março de 2003 até o final das negociações: México (Puebla).

O documento oficial da IV Cúpula das Américas aponta para o reconhecimento das dificuldades de formação da ALCA: “levando em consideração as diferenças de tamanho e nível de desenvolvimento das economias participantes e as necessidades especiais e o tratamento especial e diferenciado das economias menores e vulneráveis”<sup>7</sup>. Outros documentos oficiais mostram promessas de retomada das conversas e avaliação do processo em 2006: “Instruímos nossos responsáveis pelas negociações comerciais a reiniciarem suas reuniões no decorrer de 2006 para examinar as dificuldades do processo da ALCA a fim de superá-las e avançar nas negociações, em conformidade com o mandato adotado em Miami, em novembro de 2003. Além disso, instruímos nossos representantes nas instituições da Comissão Tripartite a continuarem a alocar os recursos necessários para apoiar o funcionamento da Secretaria Administrativa da ALCA”<sup>8</sup>.

Em documento oficial de Balanço de Política Externa Brasileira 2003/2010, o MRE declara que “as negociações para a conformação da Área de Livre Comércio (ALCA) seguiram curso paralelo, com a expectativa de que convergiriam para sua conclusão na IV Cúpula, realizada em Mar Del Plata, em 2005, o que não se concretizou. Hoje a vertente comercial foi, na prática, abandonada. (...) A IV Cúpula das Américas (Mar Del Plata, 2005), como última prevista inicialmente pelo calendário definido em Miami, deveria referendar o resultado das negociações comerciais, o que não ocorreu. Sem alcançar acordo na área comercial, os países da região dedicaram a Cúpula de Mar Del Plata a uma reflexão sobre a necessidade de criar e promover o trabalho decente e de gerar renda, com vistas a combater a desigualdade, a fome e a pobreza, e a fortalecer a

---

<sup>7</sup> Fonte: *site* oficial das negociações para a ALCA (<http://www.Ftaa-alca.org>), acesso em 04/05/2013.

<sup>8</sup> *Idem*.

democracia. Foram esses os pontos centrais do lema da Cúpula: ‘Criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática’, proposto pela Argentina e acolhido pelos demais países. No que respeita às negociações da ALCA, a Declaração de Mar del Plata refletiu a divergência entre os países que defendiam a convocação de reunião, no começo de 2006, para retomar as negociações comerciais, e os países do MERCOSUL e a Venezuela, que, por reconhecerem - como também o faziam os primeiros - a existência de dificuldades para o bom andamento das negociações, entendiam que não estavam ainda dadas as condições necessárias para que se lograsse um acordo de livre-comércio verdadeiramente equitativo, com acesso efetivo aos mercados, sem subsídios nem práticas distorcivas de comércio”.<sup>9</sup>

### **O processo seletivo para entrada no IRBr**

A importância do papel do IRBr na formação do *habitus* e determinação do campo diplomático já foi tema de outros estudos (MOURA, 2007). O Instituto Rio Branco foi fundado em 1945 e é responsável pela seleção e treinamento dos diplomatas brasileiros, em processo contínuo de formação: o Curso de Formação, na etapa inicial da carreira; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), para Segundos Secretários e o Curso de Altos Estudos (CAE) para Conselheiros.

O processo de formação do Itamaraty teria passado por 4 fases: 1) de 1822 até o final do século XIX: indiferenciação entre o Ministério das Relações Exteriores e os diplomatas; 2) início dos século XX: liderança carismática do Barão do Rio Branco; 3) final da década de 1910: crescente racionalização e burocratização do Itamaraty. 4) Pós Guerra (1946): institucionalizado o concurso para a carreira diplomática.

Mais especificamente, a 4ª fase foi um período de aprofundamento das tendências iniciadas na fase anterior: a burocratização e a racionalização do MRE, ampliação da base de seleção, aquisição crescente de autonomia face às influências exógenas e a vigência de uma carreira mais meritória. O IRBr foi o resultado do processo de regulamentação e legalização do diploma de formação do diplomata brasileiro, consolidando o processo de seleção de diplomatas a partir de concurso de provas. Estes concursos já vinham sendo feitos desde 1918 a intervalos irregulares e, a partir de 1938,

---

<sup>9</sup> Fonte: *site* do MRE (<http://www.itamaraty.gov.br/>), acesso em 04/05/2013.

em caráter regular. A partir de 1946, estes concursos de provas passaram a dar acesso ao recém-formado Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), curso de dois anos obrigatórios para se obter o diploma de diplomata. Em 1975 o CPCD ganha status de curso de graduação de nível superior e o IRBr se transforma em um estabelecimento de ensino superior. A partir de 1967, o IRBr passou a exigir dos candidatos ao concurso o primeiro ano de curso superior, exigência que se estendeu, em 1968, para o segundo ano e, em 1985, para o terceiro. Desde 1994, tornou-se pré-requisito curso superior de graduação plena.

Desde dezembro de 1998, o Diretor Geral do IRBr é assessorado pelo Conselho Consultivo do Instituto Rio Branco formado por membros de todo o MRE (Gabinete do Ministro e do Secretário-Geral, assim como de algumas Subsecretarias) e um representante da sociedade civil (designado a partir de decisão consensual do Diretor e dos Gabinetes do Ministro e do Secretário-Geral). O Conselho possui ao menos 2 reuniões anuais.

Cheibub (1985) analisou as mudanças do recrutamento e as alterações na seleção na primeira metade dos anos 1980 (alteração que levou a realização das provas em quase todas as capitais, não apenas na cidade do Rio de Janeiro). Na ocasião, o autor percebeu que não houve grandes alterações quanto a profissão dos selecionados (maioria do Direito) e a residência (maioria do estado do Rio de Janeiro) dos ingressantes ao IRBr. Contudo, nos primeiros anos do governo Lula houve alterações nas regras, estruturas, conteúdos e formas do processo seletivo de admissão de novos diplomatas (GOBO, 2010). O caráter não eliminatório das provas de língua espanhola, francesa e principalmente inglesa foi uma mudança importante. O concurso de 2005 foi marcado pela não obrigatoriedade da proficiência em língua inglesa para a admissão no concurso. Em 2006 o inglês voltou a ser obrigatório, mas diluído nas provas de outras disciplinas, o que diminuiu o “peso” da língua na admissão da carreira.

Outra mudança que chama a atenção foi a adoção de um programa de ação afirmativa para negros, mulheres e deficientes. O Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, instituído em 2002, oferece bolsas de R\$ 25 mil para afrodescendentes, chamadas “Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia”. A oferta é feita em parceria do Instituto Rio Branco com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a participação da Secretaria Especial dos Direitos

Humanos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Fundação Cultural Palmares. O objetivo das bolsas é “ampliar as oportunidades de acesso aos quadros do Ministério das Relações Exteriores e incentivar e apoiar o ingresso de afrodescendentes (negros) na Carreira de Diplomata” (edital Programa 2012). Elas são parte de um processo de democratização buscado pelo Instituto Rio Branco, com intenção de valorizar a diversidade na carreira de diplomatas.

Além disso, o formato das provas vem privilegiando mais os conhecimentos de política externa em detrimento dos demais, como os conhecimentos culturais de seus candidatos. Contudo, a principal mudança verificada foi a alteração no número de vagas oferecidas nos últimos anos. Em 1946 aconteceu o primeiro concurso público de entrada no IRBr, que tem sido oferecido todos os anos de forma ininterrupta. Historicamente, IRBr oferecia de 30 a 35 vagas, algumas delas permanecendo ociosas (era muito comum o número de vagas ser maior do que o de candidatos aprovados no concurso). Entretanto, em 2006, foram criadas 400 novas vagas para a carreira, por meio de uma medida provisória. Com isso, de 2006 a 2010, foram 5 concursos com cerca de 100 vagas (105 a 115) cada: 400 vagas da medida provisória e mais 100 vagas que já eram oferecidas anteriormente pela reposição por aposentadoria (cerca de 30 a cada ano).

### **A análise dos resultados**

Para atingir os objetivos traçados, a estratégia de pesquisa está sendo centrada no estudo dos agentes que compõem o campo a ser estudado, já que partimos do princípio de que as instituições foram criadas e são conduzidas a partir dos agentes que atuam nestas. Neste trabalho entende-se o Estado não como um ator político. O Estado é um campo povoado de 3 tipos de agentes: burocratas, profissionais da política (vivem da política e não para a política) e agentes privados, os quais suas posições múltiplas os dão acesso para a possibilidade de regular diferentes campos, principalmente através de intervenções financeiras e jurídicas (DEZALAY, Y & GARTH, B, 2002; BIGO, 2011). Este estudo sobre o Estado está fazendo uma análise que dimensiona o campo dos diplomatas a partir destes 3 tipos de agentes e como estes se relacionam e articulam.

A pesquisa passa pelo propósito de, nas análises dos jogos mencionado anteriormente, identificar agentes relevantes para, onde for estratégico, aprofundar as análises mediante relatos biográficos ou autobiográficos e as análises de trajetórias. Ao



partir para a investigação dos mecanismos sociais por trás da tradição de experimentação comum da vida como unidade e como totalidade, Bourdieu aponta no habitus o “princípio ativo da unificação das práticas e das representações” (Bourdieu, 1996 p. 186).

Neste estudo sobre o Estado brasileiro a partir dos agentes da diplomacia, após as análises das fontes secundárias de pesquisa e, possivelmente, dos currículos e documentos do MRE e IRBr, caberá o início da realização de entrevistas com diplomatas. Entendemos que a realização de entrevistas é crucial para atingirmos os resultados propostos no estudo. O objetivo é compor a trajetória na carreira e analisar o discurso dos principais agentes que ocupam o espaço que está sendo estudado. A partir disso, prevemos a comparação dos agentes no campo, para mapear as disputas. Identificaremos os capitais (relacional, familiar, político, social) mais importantes para a disputa do campo. Organizamos duas listas iniciais (anexo I) que contém nomes que serão, ao longo da pesquisa, melhor avaliados, podendo-se acrescentar e retirar nomes na medida em que pesquisas documentais apontarem para tal. Para a busca dos diplomatas que fazem parte destas pré-listas, estudamos as diferentes estruturas burocráticas internas ao MRE as quais a ALCA e o Processo Seletivo do IRBr estão vinculadas.

A ALCA estava alocada em diferentes estruturas burocráticas do MRE ao longo do recorte temporal proposto na pesquisa: na gestão Celso Amorim (1993-1994 – Presidente Itamar Franco), o projeto do Núcleo de Negociação da ALCA estava vinculado à Divisão de Integração Regional (DIR) do Departamento de Integração Latino-Americana da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômico e de Comércio Exterior (SGIE). Na gestão Luiz Felipe Palmeira Lampreia (1995-2001 – Presidente FHC), o Núcleo de Negociação da ALCA firmou-se como Núcleo de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas (NALCA) - Decreto n.º 3.414, de 14/04/2000 - vinculado diretamente à Subsecretaria-Geral de Integração, Econômica e de Comércio Exterior (SGIE). Além disso, em julho de 2000 é criada a Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas (SENALCA). A SENALCA era formada por representantes dos Ministérios da Justiça; Fazenda; Agricultura e do Abastecimento; Saúde; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Planejamento, Orçamento e Gestão; pela Câmara de Comércio Exterior e Banco Central do Brasil. Na gestão Celso Lafer (2001-2002 – Presidente FHC), o Núcleo de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das

Américas (NALCA) se manteve vinculado à Subsecretaria-Geral de Integração Econômica e de Comércio Exterior (SGIE). Na segunda gestão Celso Amorim (2003-2010 – Presidente Lula), o Núcleo de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas (NALCA) se transforma em Divisão da Área de Livre Comércio das Américas (DALCA), vinculado ao Departamento de Negociações Internacionais (DNI) da Subsecretaria-Geral da América do Sul (SGAS).

Na estrutura burocráticas do MRE, o IBRr esteve alocado, ao longo das gestões Luiz Felipe Palmeira Lampreia, Celso Lafer e Celso Amorim, junto à Secretária-Geral das Relações Exteriores (SG). A hierarquia interna do IRBr é composta por: Direção geral, Direção assistente, Coordenação-Geral de ensino e Secretaria. Desde dezembro de 1998, o diretor geral do IRBr é assessorado pelo Conselho Consultivo do Instituto Rio Branco, como mencionado anteriormente. Ainda, na gestão Celso Amorim, foi criada uma nova estrutura interna ao IRBr responsável pela Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes à Carreira Diplomática.

Esta pesquisa conta com o apoio do Núcleo de Estudos de Sociologia Econômica e das Finanças NESEFI/UFSCar. Para além da produção da tese, esta pesquisa esta buscando desenvolver debates, publicar artigos, participar de congressos, apresentar seminários, contribuir com o grupo de professores, pesquisadores e alunos de pós-graduação que integram o NESEFI.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER-NISSEN (2011). *On a Field Trip with Bourdieu*. International Political Sociology, vol 5.
- ALMEIDA, BITTENCOURT, CANÊDO, GARCIA (2004). *Circulação internacional e formação intelectual de elites brasileiras*. Campina-SP, UNICAMP.
- BIGO (2011), Didier. *Pierre Bourdieu and International Relations: Power of Practices, Practices of Power*. International Political Sociology, vol 5, p. 225–258.
- BIGO, D. e TSOUKALA, A. (2008). *Terror, Insecurity and Liberty: Illiberal Practices of Liberal Regimes after 9/11*. London: Routledge.
- BORN (2001), Cláudia. *Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos*. Sociologias. Porto Alegre, ano 3, n5, jan/jun, p.240-265.
- BOURDIEU (1979), P. *La distinction: Critique Sociale Du Jugement*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU (1989a), P. *La Noblesse d'État; Grandes écoles et de corps*. Paris, Minuit.
- BOURDIEU (1989b), P. *O poder simbólico*. São Paulo, Difel.
- BOURDIEU (1996), P. *A ilusão biográfica*. IN: “Razões práticas”, apêndice 1 de Por uma ciência das obras. Campinas, SP: Papirus.
- BOURDIEU (2002), P. *Les conditions sociales de la circulation internationale des idées*. Actes de la recherche en sciences sociales 5: 3–8.
- BOURDIEU (2005), P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU (2011), P. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas-SP: Papirus.
- BOURDIEU (2012), P. *Sur l'Etat: cours au Collège de France 1989-1992*. Paris, Raisons d'agir & Seuil.
- BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. (2001) *Neoliberal Newspeak: Notes on the New Planetary Vulgate*. Radical Philosophy (105): 2–5.
- BUCHET DE NEUILLY (2007), Yves. *Le (non)critère de “bonne gouvernance” dans l'action extérieure de l'Union européenne*. In “La nouvelle gouvernance européenne. Les usages politiques d'un concept”. Strasbourg: Presses universitaires de Strasbourg.
- CERVO (2002), A. L. *Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso*. Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 46, n 1, p. 05-35.
- CERVO, A. e BUENO, C. (2002). *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília:UNB.
- CHARLE (2001), C. *La crise des sociétés impériales. Allemagne, France, Grande-Bretagne (1900-1940)*. Paris, Ed. du Seuil.
- CHEIBUB, Z. B. (1984) *Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- CHEIBUB, Z. B. (1985) *Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica*. Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.
- DANESE (1999), S. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks.

- DEZALAY, Y & GARTH, B (2000), *A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000*. In: RBCS, vol 15, nº 43.
- DEZALAY, Y. & GARTH, B. (2002). *The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States*. Chicago, The University of Chicago Press.
- DEZALAY, Y. (1999) “O big bang e o direito: internacionalização e reestruturação do espaço legal”. In. Featherstone, M. *Cultura global: Nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis, Vozes.
- DUBAR (1998), Claude. *Trajéorias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos*. Educação e Sociedade, n 62.
- ENGELMANN (2006), F. *Sociologia do campo político: juristas e usos do direito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
- FARIA (2008), C. A. P. *Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 51, n 2, p. 80-97.
- FIGUEIRA (2010a), A. C. R. *Mudando de rumo: um debate acerca do padrão decisório em política externa no brasil*. 7º Encontro da ABCP. Recife-PE.
- FIGUEIRA (2010b), A. C. R. *Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores*. Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 53, n 2, p. 5-22.
- GOBO (2010), K. L. *O Ministério das Relações Exteriores pelos seus atores: uma análise sobre o insulamento burocrático*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
- GRÜN (2004), R. *A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política*. Dados (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 5-47.
- GRÜN (2012), R. *A vingança do baixo clero: O desafio ao “PiG” e o conflito cultural no tratamento da crise financeira*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
- JARDIM (2009), Maria A. Chaves. *Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. São Paulo: Anna Blume/Fapesp. 258 p. (Coleção TC).
- LEBARON (2008), Frédéric. *Central bankers in the contemporary global field of power: a ‘social space’ approach*. The Editorial Board of the Sociological Review.
- LEBARON (2009), F. *How Bourdieu “Quantified” Bourdieu: The Geometric Modelling of Data*, Paris: spring science.
- LEBARON (2011), F. “Mundialização financeira ou imposição do modelo financeiro norte-americano?”. In: *A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição*. Maria Chaves Jardim (org.) – Bauru, SP: Edusc.
- MICELI (1979), S. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1929-1945)*. São Paulo, Difel.

- MIYAMOTO (1999), S. *O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte*. Revista de Sociologia e Política, junho Nº 12, pp. 83-98. Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR.
- MOURA (2007), C. R. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira. Um estudo de carreira e socialização*, Rio de Janeiro, FGV.
- NEVES (2003), J. A. C. *O Papel do Legislativo nas Negociações do Mercosul e da ALCA*. Contexto Internacional, vol. 25, no 1, janeiro/junho 2003, pp. 103-138. Rio de Janeiro-RJ.
- OLIVEIRA (2011), R. R. *O Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira. Posicionamento dos senadores frente as negociações para a formação da ALCA (1994-2005)*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília-DF.
- PINHEIRO (2004), L. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- POWER, T. e CASON, J. (2006), *Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making from Cardoso to Lula*. Conference on “Regional Powers in Asia, Africa, Latin America, the Near and Middle East,” organized by German Institute of Global and Area Studies (GIGA), Hamburg.
- RAMANZINI JR (2010), H. *Uma análise da política externa do governo Lula da Silva*. Revista debates, v.4, n.2, p. 60-60 80, jul.-dez. Porto Alegre-RS.
- SALES (2007), C. R. *Relações Internacionais e política externa do Brasil nos governos FHC e Lula*. Dissertação de Mestrado apresentado ao PPG em Ciência Política da UNICAMP, Campinas-SP.
- SARAIVA (2005), M. G. *Brasil e Argentina: Política Externa para a América Latina em Tempos Recentes*. Cena Internacional, ano 7, n 2.
- SCHUMPETER (1961), J. A., *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.
- SECEX (2010). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio-Brasil. Dados Estatísticos. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2033&refr=576>>. Acesso em: 06 out. 2010.
- TARGA (2010), L. G. *A politização do direito na magistratura: ativismo jurídico via associativismo de juízes, uma análise da AJD e da militância pelos direitos humanos*. Dissertação de Mestrado apresentado ao PPG em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.
- WEBER (1995), M. *Economie et société*. Paris, Presses Pocket.

ANEXO I:

Lista dos diplomatas envolvidos nos “jogos” da ALCA e do processo seletivo do IRBr.

ALCA: 1994-2005

Nome	Cargo/ano do recorte do estudo	Presidente/ano do recorte do estudo	Cargo atual	Local atual de trabalho/residência	
<b>Primeiro e segundo escalão do MRE: Ministros e Secretários-Gerais</b>					
1	Celso Luiz Nunes Amorim	Ministro das Relações Exteriores entre 1993-1994 e entre 2003 e 2010	Itamar Franco 1992-1994 e Luiz Inácio Lula da Silva 2003 – 2010	Ministro da Defesa	Brasília
2	Luiz Felipe Palmeira Lampreia	Ministro das Relações Exteriores entre 1995 e 2001	Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002	- Membro do Conselho de Administração da PARTEX OIL AND GAS - Membro do Conselho Consultivo da COCA-COLA Co - Conselheiro da McLarty Associates - Vice-Presidente emérito do Conselho de Curadores do CEBRI - Presidente do Conselho de Relações Internacionais da FIRJAN	Rio de Janeiro
3	Celso Lafer	Ministro das Relações Exteriores entre 2001 e 2002		Presidente da FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.	São Paulo
4	Roberto	Secretário-	Itamar Franco	Aposentado	Rio de Janeiro

	Pinto Ferreira Mameri Abdenur	Geral das Relações Exteriores entre 09/1993 e 01/1995	1992–1994	(último cargo: embaixador do Brasil nos EUA 2004-2006)	
5	Sebastião do Rego Barros Netto	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 01/1995 – 01/1999	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Aposentado (Último cargo: Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo 2002-2005)	Rio de Janeiro
6	Luiz Felipe de Seixas Corrêa	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 01/1999 – 11/2001		Aposentado (Último cargo: embaixador do Brasil no México 2000-2003)	Rio de Janeiro
7	Osmar Vladimir Chohfi	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 11/2001 - 01/2003		Aposentado (Último cargo: Cônsul-Geral em Nova York)	São Paulo
8	Samuel Pinheiro Guimarães Neto	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 01/2003 - 10/2009	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Professor do Instituto Rio Branco	Brasília

**Terceiro, quarto e quinto escalão do MRE:  
Subsecretários-Gerais, Chefes de Departamento, Chefe de divisão.**

**1ª Gestão Celso Amorim (1993-1994)**

9	José Artur Denot Medeiros	Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (fev 1994).	Itamar Franco 1992–1994	Embaixador do Brasil na Holanda.	Haia, Holanda.
10	Sergio Augusto De Abreu e Lima Florencio Sobrinho	Chefe do Departamento de Integração Latino-America. (exonerado em mar/1994)		Embaixador do Brasil no México.	Cidade do México, México.

Gestão Luiz Felipe Palmeira Lampreia (1995-2001) e  
Gestão Celso Lafer (2001-2002)

11	Renato Luiz Rodrigues Marques	Chefe do Departamento de Integração Latino-America (nomeado em mar/1994 até 1999)	Itamar Franco 1992–1994 e Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002	Aposentado (Ultimo cargo: Embaixador da Ucrânia)	Rio de Janeiro
12	Francisco Mauro Brasil de Holanda	Chefe de divisão de Integração Regional (mai 1993)	Itamar Franco 1992–1994	Chefe de departamento da Ásia do Leste/MRE	Brasília
13	José Botafogo Gonçalves	Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1995 - 1998)	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Aposentado (Ultimo cargo: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo 1998 – 2002)	Rio de Janeiro
14	José Alfredo Graça Lima	Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1998 a 2002) e Presidente da Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à ALCA (SENALCA) em 2000.		Foi Cônsul-Geral do Brasil em Nova York. Atualmente é Inspetor-geral do Serviço Exterior/MRE	Brasília
15	Antonio José Ferreira Simões	Chefe do Núcleo de Coordenação da ALCA (1999-2003) - secretário executivo da Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à ALCA	Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002 e Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Foi Embaixador do Brasil na Venezuela. Atualmente é Subsecretário-Geral da América do Sul/MRE	Brasília



		(SENALCA) em 2000.			
16	Carlos José Serapião Junior	Assistente do Núcleo de Coordenação da ALCA (1999-2003)		Divisão de Negociações Extrarregionais do Mercosul II/MRE	Brasília
<b>2ª Gestão Celso Amorim (2003-2010)</b>					
17	Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães	Subsecretário-Geral da América do Sul (SGAS) em 2004.	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Aposentado (Último cargo: representante do Brasil junto à Conferência do Desarmamento em Genebra, 2011)	Rio de Janeiro
18	Regis Percy Aslanian	Diretor-Geral do Departamento de Negociações Internacionais (DNI), 2003-2007		Embaixador do Brasil junto ao MERCOSUL e à ALADI	Montevideú, Uruguai
19	Tovar da Silva Nunes	- Chefe de Divisão da Área de Livre Comércio das Américas (DALCA), em 2004. - Presidente do Comitê Técnico de Assuntos Institucionais nomeado na 8ª reunião ministerial sobre o comércio, Miami EUA. Nov. 2003.		Assessor especial no gabinete do ministro/MRE	Brasília
20	Adhemar Bahadian	Co-Presidente das Negociações da ALCA em 2004-2005		Aposentado (Último cargo: Embaixador do Brasil em Roma, 2008)	Rio de Janeiro

Nome	Cargo/ano do recorte do estudo	Presidente/ano do recorte do estudo	Cargo atual	Local atual de trabalho/residência	
<b>Primeiro e segundo escalão do MRE: Ministros e Secretários-Gerais</b>					
1	Luiz Felipe Palmeira Lampreia	Ministro das Relações Exteriores entre 1995 e 2001	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	- Membro do Conselho de várias empresas (PARTEX OIL AND GAS, COCA-COLA Co McLarty Associates) - Vice-Presidente do Conselho CEBRI - Presidente do Conselho da FIRJAN	Rio de Janeiro
2	Celso Lafer	Ministro das Relações Exteriores entre 2001 e 2002		Presidente da FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.	São Paulo
3	Celso Luiz Nunes Amorim	Ministro das Relações Exteriores entre 1993-1994 e entre 2003 e 2010	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Ministro da Defesa	Brasília
4	Sebastião do Rego Barros Netto	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 01/1995 – 01/1999	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Aposentado (Último cargo: Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo 2002-2005)	Rio de Janeiro
5	Luiz Felipe de Seixas Corrêa	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 01/1999 – 11/2001		Aposentado (Último cargo: embaixador do Brasil no México 2000-2003)	Rio de Janeiro
6	Osmar	Secretário-Geral		Aposentado	São Paulo

	Vladimir Chohfi	das Relações Exteriores entre 11/2001 - 01/2003		(Ultimo cargo: Cônsul-Geral em Nova York)	
7	Samuel Pinheiro Guimarães Neto	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 01/2003 - 10/2009	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Professor do Instituto Rio Branco	Brasília
<b>Composição interna do IRBr</b>					
8	André Mattoso Maia Amado	Diretor geral de mai/95 a set/01	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Embaixador do Brasil na Bélgica e Luxemburgo	Bruxelas, Bélgica
9	João Almino de Souza Filho	Diretor geral de set/01 a jul/04	Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002 e Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Cônsul-Geral do Brasil em Madri	Madri, Espanha
10	Fernando Guimarães Reis	Diretor geral de set/04 a fev/10	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Aposentado (Ultimo cargo: Diretor do IRBr)	
11	Fabio Guimarães Franco	Direção assistente (jul 1997)	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Embaixada do Brasil em Angola	Luanda, Angola
12	Cláudio Cesar Rodrigues do Nascimento	Direção assistente (mai 2000)		Divisão Do Oriente Médio I	Brasília
13	Bruno Luiz dos Santos Cobuccio	Direção assistente (mar 2002)	Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002 e Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Embaixador do Brasil no Gabão	Libreville, Gabão
14	Carlos Alberto Ribeiro Reis	Direção assistente (mai 2004)	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Embaixada do Brasil no Paraguai	Assunção, Paraguai
15	Geraldo Cordeiro Tupynambá	Direção assistente (jan 2007)		Assessor da Secretaria-Geral/MRE	Brasília

1 6	Maria Dulce Silva Barros	Coordenação-Geral de ensino (jul 1997)	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Embaixadora do Brasil na Costa Rica	San José, Costa Rica
1 7	Rubem Antônio Corrêa Barbosa	Coordenação-Geral de ensino (mai 2000 e mar 2002)		Embaixador do Brasil na Austrália e Papua Nova Guiné	Camberra, Austrália
1 8	Luiz Felipe Mendonça Filho	Coordenação-Geral de ensino (mai 2004)	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Embaixador do Brasil na Nicarágua	Manágua, Nicarágua
1 9	Luís Fernando de Carvalho	Chefe da Secretaria (mai 2000)	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Embaixada do Brasil na Espanha	Madri, Espanha
	Geraldo Cordeiro Tupynambá	Chefe da Secretaria (mar 2002)	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002 e Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Assessor da Secretaria-Geral/MRE	Brasília
2 0	Jean Marcel Fernandes	Chefe da Secretaria (mai 2004)	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Chefe de Divisão De Operações de Promoção Comercial/MRE	Brasília
2 1	Sérgio Barreiros de Santana Azevedo	Responsável pelas Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes e pelo Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas (2009) e Gerente do Programa de Ensino Profissional Diplomático (2010)	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Diretor-Geral Adjunto do IRBr	Brasília
2 2	Márcio Rebouças	Responsável pelas Bolsas de		Responsável pelo Concurso	Brasília

		<p>Estudo a Candidatos Afro- Descendentes e pelo Cursos de Formação e Aperfeiçoament o de Diplomatas (2010)</p>		<p>de Admissão à Carreira Diplomática e Programa de Ação Afirmativa</p>	
--	--	---	--	---	--